

Evolução Histórica e Contradições da Formação Industrial do Brasil e da Argentina

Lauro Mattei
Prof. Adjunto Departamento de Economia –UFSC
José Aldoril dos Santos Junior
Mestrado em Economia na UFSC

Introdução

Até as duas primeiras décadas do século XX as exportações de produtos primários representavam a maior parte da renda do Brasil e da Argentina, enquanto que as importações eram a fonte de suprimento dos diversos bens manufaturados destinados à satisfação da demanda interna. Como grande parte da produção interna era voltado ao exterior, a capacidade para se fazer importações era condicionada pelo preço obtido pelas exportações e pela quantidade de produtos vendida aos outros países.

Porém, com as sucessivas crises no comércio exterior, sobretudo a partir de 1929, este modelo de desenvolvimento econômico entrou em colapso. A partir de então tem início nos dois países um processo de industrialização por substituição de importações, como resposta à queda da capacidade de importar provocada pela crise do comércio internacional.

Este trabalho pretende fazer um resgate histórico do processo de formação industrial do Brasil e da Argentina apresentando os principais aspectos da evolução da indústria nestes países e apontando as principais contradições que este processo gerou em ambos os casos. A abordagem será feita a partir de uma divisão histórica com o objetivo de facilitar o entendimento da forma como ocorreu a evolução do setor industrial no Brasil e na Argentina.

Para tanto, a primeira seção abordará o caso brasileiro, realçando as principais características de cada período histórico da formação industrial do país. A segunda seção analisará a forma como se deu a evolução do setor industrial na Argentina. Já a terceira destacará um conjunto de contradições resultantes do processo de substituição de importações nos dois países. A guisa de conclusão será apresentado um breve quadro comparativo, enfatizando os aspectos comuns da formação industrial nos dois países, bem como as características específicas de cada país estudado.

1- O PROCESSO DE FORMAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRO

A análise do processo de formação industrial brasileiro foi subdividida da seguinte forma: de 1880 até 1929, quando ocorreu o nascimento da indústria em paralelo ao setor dinâmico

agroexportador; de 1930 a 1955, quando se iniciou o processo de substituição de importações, fundamentalmente dos bens de consumo não-duráveis e quando o Estado passou a assumir um papel mais direto na condução do desenvolvimento industrial; de 1956 a 1961, caracterizado pelo projeto industrial planejado e orientado pelo Estado através do Plano de Metas; e o período de crise e “milagre” econômico brasileiro entre 1962 e 1973, conjugando-se a formulação do II PND com a crise da dívida externa do início da década de 1980 e o próprio final do modelo de substituição de importações no país.

1.1 - Período agroexportador e nascimento da indústria

No final do século XIX, o Brasil já independente de Portugal, vê sua economia assumir um papel específico na divisão internacional do trabalho. Nesta divisão caberia às nações industrializadas a produção de manufaturas destinadas a satisfazer a demanda mundial, enquanto para as outras nações a produção interna deveria estar concentrada no setor de bens de consumo primários, especialmente os do setor agropecuário.

Como a economia brasileira estava orientada para o mercado externo e os bens manufaturados eram adquiridos, em sua grande maioria, pelas importações, a indústria nacional era extremamente incipiente até 1880. Mas a evolução da economia cafeeira permitiu a formação de um mercado interno mais abrangente, principalmente após o fim do trabalho escravo e a substituição deste tipo de mão-de-obra pelos imigrantes, o que gerou uma considerável urbanização que beneficiou o setor industrial.

SILVA (1985) trata deste assunto ao afirmar que o setor industrial passou a ganhar em importância a partir do deslocamento dos recursos produtivos do setor cafeeiro para a indústria. Estas transferências ocorreram sempre nos momentos em que o setor cafeeiro se viu imerso em crise de superprodução e queda de preços, ou mesmo quando choques externos reduziram a capacidade para se fazer importações, reduzindo-se a demanda pelas exportações e garantindo, por conseguinte, boas oportunidades para a realização de investimentos industriais.

Desta forma, a decadência do setor produtor de café, principalmente a partir do início do século XX, disponibilizou a força de trabalho para a indústria e forneceu o capital monetário necessário às inversões no setor industrial, uma vez que quando os investimentos na produção de café não eram lucrativos, os recursos excedentes tinham como destino a indústria (CARDOSO DE MELLO, 1984).

Em síntese, durante o período agroexportador se verificou que a indústria no Brasil esteve todo tempo diretamente ligada ao setor exportador e, ao mesmo tempo em que se beneficiou deste setor, foi limitada pelo mesmo. CARDOSO DE MELLO E SILVA, citados por SUZIGAN (1986, pg.35), elucidam esta contradição ao afirmar que quando se questiona a relação entre o capital cafeeiro e o capital industrial, se verifica que as contradições entre ambos derivam da subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro e da subordinação deste ao capital internacional.

O capital industrial depende do capital cafeeiro em dois aspectos cruciais: para gerar a capacidade de importar máquinas e equipamentos industriais, assim como bens de salário para a reprodução da força de trabalho; e para criar um mercado para produtos industrializados. O capital cafeeiro, por sua vez, dependia da demanda externa por café. Embora a rápida acumulação de capital cafeeiro estimulasse a acumulação de capital industrial, esta era contraditória à acumulação de capital cafeeiro e à posição subordinada da economia brasileira à economia mundial, posição essa que implicava em uma especialização da economia brasileira na produção de produtos primários para exportação. Assim, o desenvolvimento do capitalismo baseado no comércio de café, ao mesmo tempo em que estimulou o desenvolvimento industrial, impôs limites a este desenvolvimento.

1.2 - Processo de industrialização por substituição de importações não induzido

A crise de 1929 provocou uma queda acentuada na demanda mundial com efeitos diretos no comércio internacional. Este fato teve impacto extremamente negativo nos países agroexportadores. No Brasil a queda dos preços internacionais do café impossibilitou a continuidade da política de valorização do produto e deixou o país diante de um grave problema em sua capacidade de importar.

Para FURTADO (1997), com a crise mundial de 1929 era praticamente impossível a continuação da obtenção de crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques de café visando conter a queda dos preços. Por outro lado, mesmo que as perdas advindas da crise se traduzissem em desvalorização cambial, o que teria como consequência baratear o preço internacional do café, pelo lado da demanda o mercado internacional não poderia absorver toda produção existente, haja vista que a queda do preço do café teria pouco impacto na sensibilidade da demanda pelo mesmo. Deste modo, o modelo de desenvolvimento econômico baseado nas exportações cafeeira viu seu final com o advento da crise de 1929.

Durante a década de 1930 a produção manufatureira no Brasil subiu para 14,5% do PIB. Porém, o dado mais significativo para demonstrar a evolução da indústria brasileira neste primeiro período de industrialização por substituição de importações não induzido foi a taxa anual de

crescimento da produção industrial que, entre 1932 e 1939, foi de 7,6%, (BULMER-THOMAS, 2003 p.266).

Dentre as explicações para o crescimento industrial alcançado nos primeiros anos do MSI pode se citar: a política de compra e queima dos estoques que o governo realizou, resultando na manutenção da renda dos cafeicultores e, por conseguinte, do nível de demanda interna, o que acabou estimulando o uso da capacidade ociosa das indústrias e deu início a substituição de importações de bens leves de consumo manufaturados (FURTADO, 1997); uma considerável estrutura industrial pré-existente; um mercado interno em expansão; e a política cambial de depreciação e controle de câmbios. Além disso, destacam-se também os aumentos nos impostos de importação, que serviram como um poderoso incentivo para o consumo dos produtos locais em detrimento dos produtos importados (BULMER-THOMAS, 2003).

1.3 – A intervenção estatal e o crescimento industrial do pós-guerra

Somente após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder que o Estado assumiu nova forma e estrutura em relação às políticas industriais. Para Draibe citada por Bielschowsky (1988 p. 292), “neste período a ação estatal foi decisiva tanto no movimento econômico real como na tentativa de definir o processo e tomar a iniciativa da instalação das indústrias de base no país”. Nestes anos do “Estado Novo” se viu um salto qualitativo na ideologia industrialista preexistente, adicionando-lhe elementos básicos para definição de uma estratégia industrializante.

Com o novo estrangulamento externo provocado pelo advento da II Guerra Mundial e apoiado na centralização do poder estatal, surgiu com espantosa rapidez todo um arcabouço de instituições de regulação e controle das atividades econômicas do país. Dentro deste contexto e como resultado prático da intervenção estatal no setor industrial, cita-se a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1942; a criação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1940; a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1943; e a criação da Companhia Nacional de Álcalis, em 1944.

O fim da guerra representou para o Brasil um considerável acúmulo de divisas estrangeiras resultado da queda do volume de importações imposto pelo conflito, sendo que boa parte destas divisas serviu para que o governo brasileiro reestruturasse a indústria nacional, dando o impulso para uma nova etapa de crescimento industrial e de desenvolvimento para a economia brasileira. Foi neste período que o setor industrial alcançou a posição de setor mais dinâmico da economia. Com isso, o setor externo e a “variável exportação” não mais condicionavam o crescimento, que passou a ser condicionado pelo setor industrial nacional e pela “variável investimento”, o que significou uma

mudança qualitativa no padrão de acumulação de capital brasileiro. O resultado foi que entre 1945 e 1955 o crescimento médio da indústria brasileira foi de 8,5% (BRESSER PEREIRA, 1985).

1.4 - Plano de Metas

O curto período de prosperidade iniciado no pós-guerra foi marcado pela ascensão de um processo inflacionário, somado à desvalorização dos preços do café no mercado externo a partir de 1954, gerando saldos comerciais negativos. Ademais, a indústria nacional passou a enfrentar problemas no que tange a oferta de bens de capital e de infra-estrutura, o que representou relevantes gargalos para a continuidade do desenvolvimento industrial do país (TAVARES, 1972).

Até aquele momento, apesar de o Estado ter tido papel significativo na promoção do crescimento industrial e na consolidação da indústria como setor dinâmico da economia, todo o desenvolvimento alcançado foi obtido sem muito planejamento, ou seja, grande parte do crescimento industrial foi resultado das condições adversas da economia mundial, que tiveram como efeito reduzir ou impossibilitar as importações de produtos manufaturados e gerar as oportunidades para a substituição de importações destes produtos pela produção similar nacional, processo este chamado de substituição de importações não induzido.

Para Lessa (1982), a situação da economia brasileira no início de 1956 apresentava um quadro de desequilíbrio impressionante, o que impunha prudência na condução da política econômica. Entretanto, os desequilíbrios existentes não inibiram a formulação de um programa que, além de propor investimentos que implicavam vigorosa elevação dos gastos do setor público, postulava um substancial avanço na industrialização.

Para este autor três fatores condicionaram a opção do governo pela expansão industrial em detrimento da política de estabilidade proposta na época pelo FMI: primeiro, a conscientização por parte das empresas privadas e do comando do Estado do problema econômico brasileiro em termos de desenvolvimento industrial, o que se chocava com a opção contracionista; segundo, a falta de complementaridade da fase de industrialização anterior e os conseqüentes gargalos produtivos aí criados; e terceiro, o fato de que o processo de desenvolvimento anterior e as características principais da economia tornavam possível a eleição destes objetivos, ou seja, o país já havia alcançado um elevado grau de diversificação industrial e possuía um considerável espaço para o crescimento econômico.

Nesta lógica foi elaborado o Plano de Metas, “que se caracterizou por uma intensa diferenciação industrial num espaço de tempo relativamente curto e articulado diretamente pelo Estado” (SERRA, 1982 p.89).

Assim, a consolidação do projeto desenvolvimentista brasileiro teve com pilares a atuação do Estado, do capital privado nacional e do capital externo. O primeiro foi o responsável por pela ampliação da Companhia Siderúrgica nacional e mais três empresas produtoras de aço, bem como expansão da Petrobrás, a criação do setor estatal de produção elétrica do sistema Eletrobrás. O capital privado nacional recebeu incentivos para atuação na indústria de bens de capital e nos setores fornecedores das empresas transnacionais, citando-se, por exemplo, o caso da indústria automobilística transnacional e o setor fornecedor de peças fundamentado na indústria de capital nacional. E o capital externo foi o responsável pela implantação no país de indústrias que exigissem maior complexidade tecnológica e possibilitassem um considerável volume de economia de divisas internamente.

O resultado do Plano de Metas gerou um crescimento médio anual do PIB de 6%, sendo o crescimento industrial de 11%. Os ramos indústrias mais dinâmicos neste período foram o automobilístico, de construção naval, material elétrico e de máquinas e equipamentos. Paralelamente houve a expansão da indústria siderúrgica, química pesada, petróleo, papel e celulose e a de metais não ferrosos (SERRA, 1982).

1.5 - O Fim do modelo de industrialização por substituição de importações

Após a consolidação do Plano de Metas o Brasil passou por um momento de crise econômica e recessão resultado das políticas restritivas que foram implementadas neste período e da maturação dos volumosos investimentos realizados nos anos do Plano de Metas, quando houve uma intensa concentração dos investimentos no tempo. Esta concentração fez com que na fase de maturação destes investimentos, a capacidade instalada ficasse subutilizada, uma vez que a oferta global da economia estava acima da demanda agregada existente (OLIVEIRA, 1977).

O que ocorreu no período entre 1963 e 1966 foi uma redução generalizada da taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo na economia, sendo intensa também a redução no nível de investimento das empresas privadas e, de forma ainda mais expressiva, a redução no nível de investimento das empresas estatais.

A partir dos desequilíbrios oriundos do Plano de Metas ficou claro que o país precisaria de reformas institucionais que permitissem resolver os problemas de financiamento; racionalizar os gastos públicos; e orientar o sistema financeiro no sentido de favorecer novos esquemas de criação de liquidez e de crédito.

Desta forma, foram implementadas reformas de ordem tributária e financeira. No que tange a reforma tributária o governo brasileiro logrou aumentar sua arrecadação, o que permitiu orientar e

incrementar de forma mais racional a concessão de incentivos fiscais e subsídios aos setores considerados estratégicos. Já a reforma financeira criou os fundos de poupança compulsória (PIS, PASEP, FGTS) e ampliou o crédito para o consumo, recuperando parte da demanda reprimida.

Estas reformas conformaram as bases institucionais para o período de crescimento econômico e industrial que durou até 1973, conhecido como período do “milagre econômico”. Porém, outros fatores contribuíram para tal fato: a reversão cíclica que gerou novas oportunidades de investimentos e a prosperidade da economia mundial nestes anos, que permitiu o acesso ao abundante crédito externo, ou seja, permitiu o endividamento e aumentou o espaço para a diversificação e o crescimento das exportações brasileiras.

Uma vez recuperada a demanda para os bens de consumo duráveis, ocorreu a reativação da demanda para os setores produtores de bens de capital e insumos intermediários. Associado a isto, as condições externas de demanda e internas de crédito possibilitaram ao setor produtor de bens de consumo não duráveis a expansão da produção e o incremento das exportações. Neste período as exportações de alimentos processados e produtos de vestuário se expandiram fortemente.

Porém, com o aumento de renda logo vieram as pressões sobre a capacidade de produção dos setores produtores de bens de capital e insumos intermediários. Tal fato, dada à insuficiência destes setores na economia brasileira, fez com que se acelerasse a demanda por importações. Isto gerou déficits crescentes nas contas de transações correntes que precisaram ser compensados por endividamento externo.

Este processo acentuou o desequilíbrio entre o crescimento da produção de bens de capital e insumos intermediários e o crescimento da produção de bens de consumo duráveis em favor destes últimos, gerando a necessidade de se incrementar as importações dos primeiros produtos, de modo que durante o auge de crescimento durante o milagre econômico, enquanto a produção de bens de consumo duráveis quase dobrou (97%), a produção de bens de capital e insumos intermediários aumentou menos da metade (45%) (SERRA, 1982).

O saldo dos anos do “milagre” registrou uma taxa anual de crescimento industrial de 12,7% , já o produto cresceu 11,3% entre 1968 e 1973, superando com grande margem o período de crise anterior, quando o crescimento médio anual havia sido de 3,2% (BRESSER PEREIRA, 1985).

A primeira metade da década de 1970 é marcada pelo fim de uma época de prosperidade para o capitalismo mundial que teve início na década de 1950, através dos elevados índices de crescimento e desenvolvimento industrial na maior parte do mundo. Em 1973 ocorreu a primeira crise internacional do petróleo, quando os preços deste produto quadruplicaram. Com isso, os custos

de produção associados à produção industrial aumentaram e os investimentos diretos foram reduzidos em escala mundial.

O Brasil, que já vinha se endividando de forma consistente desde o período do milagre, viu agravar sua situação com a elevação dos preços do petróleo. O desequilíbrio nas contas externas resultou em um dilema entre o uso de uma política de ajuste (tanto nas contas externas como na inflação que também apresentou ascensão no período), ou uma política de financiamento e continuidade do crescimento.

A opção do governo brasileiro da época foi a de expandir o endividamento com a esperança de que a crise do petróleo fosse passageira não sendo necessário, portanto, enfrentar os custos recessivos advindos do ajuste. Assim, a partir de 1974 o Brasil fez a opção de crescer com endividamento externo, aproveitando-se de crédito internacional e apostando na transitoriedade dos efeitos restritivos vindos do exterior (BARROS DE CASTRO, 1985)

Deste modo, quando uma série de países em todo mundo adotou uma política econômica restritiva, o governo brasileiro formulou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que destinava volumosos investimentos nas indústrias de insumos básicos, sendo os mesmos realizados pelas empresas estatais e pela indústria de bens de capital privado nacional. Com isso, o PIB cresceu 6,9% entre 74-79, enquanto o setor industrial cresceu 5,4% nos anos de vigência do plano (BRESSER PEREIRA, 1985).

Quanto às mudanças na infra-estrutura, verificou-se que alguns dos projetos tiveram longo prazo de maturação. Neste sentido, Barros de Castro (1985) afirma que “o programa só seria realizado nos primeiros anos da década de 1980”, a exemplo dos casos da hidrelétrica de Itaipu, o programa siderúrgico e a construção da ferrovia do aço.

Em 1979 as taxas de juros internacionais foram elevadas em função da política monetária restritiva dos EUA, fazendo com que em 1981, os juros pagos fossem de 9.179 bilhões de dólares, equivalendo a 39% das exportações brasileiras (BRESSER-PEREIRA, 1985). A partir desta época, foram os pagamentos de juros, e não mais os déficits comerciais, os principais responsáveis pelo aumento da dívida. Desta forma, o endividamento externo deixou de ser um instrumento em prol da acumulação de capital e de desenvolvimento industrial, como nos períodos anteriores, e se transformou no principal entrave ao crescimento no início da década de 1980. Com isso, chegava ao fim o longo período de formação do parque industrial brasileiro fundamentado no modelo de substituição de importações.

2- O PROCESSO DE FORMAÇÃO INDUSTRIAL ARGENTINO

Na Argentina, identificam-se quatro fases distintas durante o processo de formação industrial: a primeira compreende os anos do período agroexportador, quando surgem várias indústrias produtoras de mercadorias ligadas ao setor dinâmico da economia; a segunda fase condiz com a chamada substituição de importações não buscada, compreendendo o período entre 1930 a 1945; a terceira fase vai do pós-guerra até meados da década 1960, quando ocorreu a intensificação das substituições de importações e o processo de industrialização passou a ser diretamente conduzido e planejado pelo Estado; e a quarta fase vai de 1963 até meados da década de 1970, quando ocorreu um intenso surto de crescimento industrial seguido pela política de abertura comercial implementada a partir de 1976, levando ao esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial e ao início de um processo de desindustrialização no país.

2.1 - Período agroexportador e o nascimento da indústria

Assim como o Brasil, a Argentina também assumiu o papel de nação produtora de bens primários destinados ao mercado externo na divisão internacional do trabalho estabelecida pela revolução industrial. Porém, no contexto argentino a diversificação de produtos foi muito maior. Neste período, o país recebeu divisas por uma grande variedade de cereais destacando-se o trigo, linhaça, centeio, cevada e milho, além de produtos pecuários, como a carne congelada, lã e o couro. Em contraste com o caso brasileiro, onde predominava o café como produto de exportação, na Argentina o principal produto na pauta de exportações (milho) representava apenas 22,5% do total exportado em 1913. Este fato fez com que o país recebesse neste período quase 30% da renda total obtida com exportações por toda América Latina (BULMER-THOMAS, 2003).

Diante deste quadro, o setor industrial argentino surgiu acompanhando o desempenho do setor agropecuário, sendo que as indústrias mais dinâmicas neste período foram às indústrias de alimentos e bebidas, as fábricas moinheiras, as vinícolas e os frigoríficos (GERCHUNOFF e LLAACH, 2003).

Mesmo que para o caso argentino também seja válida a análise de que o setor agroexportador, ao mesmo tempo em que estimulava o desenvolvimento do setor industrial, impunha limites a este, ficam evidente os melhores resultados obtidos pelo setor industrial argentino comparativamente ao caso brasileiro. Ou seja, apesar das contradições entre a indústria e o setor exportador existirem na Argentina como no Brasil, na primeiro caso o setor industrial pode se aproveitar melhor da maior diversificação produtiva e do maior acúmulo de divisas obtido pelo setor agroexportador.

Deste modo, segundo Rock (1988), apesar do volume de importações em relação ao PIB continuar elevado, entre 1895 e 1914 o número de fábricas duplicou e o investimento bruto na indústria aumentou em cinco vezes. Neste mesmo período os moinhos de farinha quadruplicaram, as refinarias de açúcar triplicaram e a produção de cerveja aumentou oito vezes. Principalmente durante a década de 1920 se verificou um processo de diversificação industrial ainda maior, com destaque às indústrias de bens leves de consumo, de produtos químicos, eletricidade e metalurgia.

2.2 - Industrialização por substituição de importações não induzida

A crise de 1929, a exemplo do caso brasileiro, representou para Argentina o fim do modelo agroexportador e o surgimento de um novo padrão de crescimento econômico, agora baseado na indústria que substituiu as importações e com produção direcionada para o mercado interno.

Mesmo antes de 1929 o setor exportador já vinha enfrentando problemas na Argentina, pois já por volta de 1915 as terras mais aptas para produção agropecuária já estavam quase totalmente ocupadas e, uma vez ocupada plenamente a superfície cultivada, a única maneira de continuar incrementando a produção seria aumentando o capital investido tornando a produção mais intensiva. Porém, isso não aconteceu e ao final da década de 1920 a tecnologia aplicada à agricultura era praticamente a mesma do final do século XIX. (TOBAR, 1998).

Além disso, ocorreu uma sensível diminuição do ritmo de crescimento da construção das estradas de ferro, pois até o final dos anos de 1920 estas cresceram a uma taxa anual de 1,4%, enquanto que de 1880 a 1914 haviam crescido a taxas de 15,4% anuais. Esta redução ocorreu devido à queda no volume dos investimentos ingleses e, principalmente, porque as zonas mais férteis da região do Pampa Úmido já eram cruzadas por uma quantidade suficiente de linhas férreas (GERCHUNOFF e LLAACH, 2003).

TOBAR (1998) afirma que mesmo que não houvesse ocorrido a crise de 1929, o setor agropecuário argentino já não poderia ser mais o motor do crescimento econômico, pois com a produção estancada e a população aumentando, os saldos exportáveis estavam diminuindo e a capacidade para se fazer importações declinando. Com o advento da referida crise os preços de exportação das principais culturas produzidas na região do Pampa Úmido despencaram. Os preços médios recebidos pelas exportações caíram de U\$S 345,40 entre 1921-1925, para U\$S 297,50, entre 1926-1930, e para U\$S 185,30, entre 1931-1935.

Além disso, a capacidade para importar se reduziu a tal ponto que a Argentina, em 1933, podia comprar do exterior com as divisas produzidas por suas exportações somente dois terços do que comprava em 1929 (GERCHUNOFF e LLAACH, 2003).

Neste contexto, a política econômica centrou-se em dois aspectos principais: a política de proteção tarifária aos produtos importados e a política de controle cambial. Quanto ao primeiro aspecto, o governo militar provisório do general Uriburu aumentou em 10% os impostos de importação e passou a taxar os produtos estrangeiros que até então ingressavam livremente no país com o objetivo de manter o equilíbrio nas contas fiscais e proteger o setor industrial.

Já a política de controle cambial teve a intenção de conter a depreciação do peso argentino sem precisar diminuir o crédito e tampouco perder reservas em moeda estrangeira. Assim, a partir de novembro de 1931 a comissão de controle de câmbios passou a centralizar todas as operações com moeda estrangeira. Os exportadores deveriam depositar suas posses de divisas em bancos especialmente autorizados e a comissão teria a função de distribuir estas divisas segundo uma lista que privilegiava as importações de bens de consumo essenciais e matérias-primas para a indústria nacional (GERCHUNOFF e LLACH, 2003).

Deste modo, segundo KATZ e KOSAKOFF (1989) o setor industrial que representava 18% PIB argentino, em 1929, passou para um patamar de 21% em 1939, sendo que as indústrias que mais se desenvolveram nestes anos foram as refinarias de petróleo, os artigos de borracha, os produtos químicos e farmacêuticos e em menor medida os produtos têxteis. Data desta época o surgimento dos setores ligados à indústria metal-mecânica, de eletrodomésticos e de máquinas agrícolas.

Como síntese, esta fase indica que para Argentina a crise de 1929 afetou sobremaneira o setor agroexportador e condicionou a industrialização via substituição de importações. No entanto, para Argentina foram decisivos o tratado bilateral firmado com a Inglaterra e os investimentos diretos realizados pelos Estados Unidos. Em termos relativos, o desempenho do setor industrial foi parecido nos dois países, pois enquanto no Brasil o setor cresceu em média 7,6% entre 1932 e 1939 na Argentina cresceu 7,3% (BULMER-THOMAS, 2003).

2.3 - Industrialização orientada pelo Estado

Com o início da Segunda Guerra Mundial a política econômica procurou proteger o país de um novo colapso no comércio internacional. Para tanto foi elaborado o Plano Pinedo, que recomendava medidas como a compra de colheitas dos produtos agrícolas que não encontrassem mercado; maior restrição às importações; e a execução de um vasto programa para o setor de construção civil, que foi orientado no sentido de construir casas populares.

Em relação ao setor industrial, o plano reconhecia que a redução das importações incentivaria a produção industrial nacional durante o período de guerra, de modo que deveriam ser aproveitadas as oportunidades para que a indústria fosse mais fortalecida e diversificada. Neste

sentido, as principais propostas defendidas por Pinedo foram assegurar facilidades de crédito para o financiamento dos investimentos industriais e para a aquisição de máquinas e equipamentos, além de fomentar as exportações industriais, através do devido uso das políticas cambiais (GERCHUNOFF e LLACH, 2003).

Apesar de o Plano Pinedo ter resultado em um fracasso político, foi o primeiro sintoma da nova mentalidade com que se encarou a questão industrial na Argentina, pois ficou evidente que os condutores da economia naquele período voltaram a atenção sobre a importância do papel do Estado nos assuntos econômicos e sobre a fragilidade dos setores exportadores de carnes e cereais, que até então tinham sido os pilares da economia do país. Assim, o plano serviu como arcabouço ideológico para as políticas que seriam adotadas com a ascensão de Juan Domingo Perón ao poder em 1946.

Com o peronismo o setor industrial argentino se desenvolveu fundamentado em preceitos nacionalistas, caracterizados pela nacionalização e estatização dos setores de infra-estrutura, sendo que o governo agiu deliberadamente em favor das indústrias que substituíam importações. Perón via no crescimento industrial a possibilidade de manter o nível de emprego da economia, assim como o nível de consumo da população.

Os meios escolhidos pelo governo para concretizar esta idéia pró-industrialista foram, basicamente, a manutenção da restrição às importações que pudessem competir com as empresas instaladas na Argentina; uma generosa política de concessão de créditos orientada pela criação do Banco de Crédito Industrial; e o estabelecimento de um sistema de preferências cambiais para as importações de matérias-primas e de bens de capitais.

Porém, nada caracterizou melhor o apoio dado ao setor industrial argentino do que a criação do IAPI (Instituto Argentino para la Promocion Del Intercambio). Este instituto monopolizou a comercialização dos cereais e oleaginosos e entre 1946 e 1949 comprou as colheitas dos agricultores para vendê-las internamente e no exterior, obtendo uma margem de ganho considerável. De posse dessa margem, o instituto remunerava os agricultores com um lucro razoável, porém abaixo do real, destinando o restante ao setor industrial na forma de crédito barato. Desta forma, o setor agrícola dentro do esquema econômico peronista foi fundamental na obtenção das divisas necessárias à importação dos insumos básicos e equipamentos industriais que ainda não eram produzidos internamente. O resultado dessa substituição de importações foi enorme, uma vez que os produtos manufaturados consumidos no país, que em 1929 eram 45% importados, em 1950 caíram para 15% (GERCHUNOFF E LLACH, 2003).

Mas em 1955 Perón foi deposto por um golpe militar e substituído por seu opositor Arturo Frondizi. A proposta desenvolvimentista do governo Frondizi pressupunha que o desenvolvimento econômico estava ligado ao desenvolvimento industrial. No entanto, apesar do país já ter realizado parte deste processo, a concentração da substituição de importações nas indústrias leves criou uma assimetria na estrutura industrial que estava comprometendo as possibilidades de progresso do país.

Portanto, para se alcançar uma economia industrial integrada foi definida uma série de prioridades: produção de petróleo e de gás natural com o objetivo de economizar divisa estrangeira, pois em 1955 quase um quinto das importações do país eram constituídas por importações de combustíveis. Consta também da lista de prioridades a siderurgia, cujo desenvolvimento dependia das explorações das reservas de carvão e de ferro. Neste sentido, havia uma vantagem relacionada ao término da construção da siderúrgica SOMISA. Ademais, o plano desenvolvimentista previa uma solução permanente para o problema da provisão de energia elétrica e o desenvolvimento das indústrias de cimento, papel, maquinarias e equipamentos industriais. Outras metas diziam respeito à construção de uma ampla rede de estradas ao mesmo tempo em que seria estimulada a produção nacional de automóveis e caminhões.

Os resultados alcançados indicam que em 1961, o investimento bruto aumentou 66% em relação a 1959. Na área energética a produção anual de petróleo, que era de 5,6 milhões de metros cúbicos, trinta meses depois passou a ser de 16 milhões, sendo que este incremento representou cerca de 300 milhões de dólares anuais de divisas (GERCHUNOFF E LLACH, 2003). Já o aumento das construções acompanhado pelo incremento do nível geral de investimentos determinou um importante crescimento da produção de cimento, atingindo a taxa de 32% (GERCHUNOFF E LLACH, 2003).

Contudo, em nenhuma atividade houve um crescimento tão vertiginoso como na indústria automobilística. Cerca de 80% do incremento da produção manufatureira, entre 1958 e 1961, pode ser explicado pela expansão deste ramo industrial. A fabricação de automóveis triplicou em um período de três anos e foi como um ímã para a inversão estrangeira, atraída pelas vantagens oriundas da percepção de que havia uma demanda reprimida disposta a consumir em grande quantidade. A indústria automobilística ilustrou como nenhum outro setor o ímpeto da industrialização desenvolvimentista (GERCHUNOFF E LLACH, 2003).

A síntese desta fase indica que os projetos desenvolvimentistas lograram elevados volumes de investimentos que transformaram a base industrial do país, tendo como motor do crescimento econômico o setor industrial ligado ao complexo automobilístico. A principal diferença entre os dois

casos analisados está nas políticas econômicas que acompanharam este processo. Enquanto no Brasil tanto a política fiscal como a política monetária foram expansivas, na Argentina a política fiscal visou a estabilidade e veio acompanhada de uma política monetária restritiva. O resultado foi que projeto desenvolvimentista brasileiro que se caracteriza como “um período de crescimento com inflação”, enquanto que na Argentina foi um período de “crescimento visando à estabilidade” (BULMER-TOMAS, 2003).

2.4 - Fim do modelo de substituição de importações

O projeto desenvolvimentista argentino gerou uma forte capacidade ociosa para o setor industrial iniciar um período de dez anos de crescimento. Além dessa capacidade ociosa, também foi decisivo para o crescimento industrial argentino o uso de políticas econômicas expansivas e o conseqüente aumento da demanda agregada, bem como a própria fase de prosperidade da economia mundial durante os anos de 1960.

Assim, de 1964 até meados da década de 1970, registrou-se um crescimento industrial de 50%. As indústrias ligadas aos setores dinâmicos foram as que mais cresceram, alcançando uma taxa média anual de 9,4% entre 1964 e 1971, com destaque para a indústria química (10%), a indústria metalúrgica (9,3%), maquinaria não elétrica (9,4%), maquinaria elétrica (7,9%) e material de transporte (8,6%) (GERCHUNOFF E LLACH, 1975).

Cabe ressaltar que para este crescimento o papel do capital estrangeiro foi fundamental, pois neste período se instalaram multinacionais ligadas ao setor automobilístico (Ford, Renault, Fiat, Peugeot e Citroen) além de outras corporações como Firestone, IBM, Duperial, Olivetti e Coca-Cola. Segundo KATS E KOSAKOFF (1989), o setor industrial argentino recebeu mais 500 milhões de dólares em investimentos estrangeiros em meados da década de 1960, principalmente de origem norte americana, sendo que neste contexto a participação do setor automobilístico, que era de 2,5% do PIB em 1951, passou para 10,3% em 1965.

A partir de meados da década de 1970 o modelo de industrialização por substituição de importações na Argentina esgota suas possibilidades de continuação. Os determinantes que cortaram a trajetória foram os choques do petróleo entre 1973 e 1979; o aumento dos juros externos e a política de abertura comercial e de desindustrialização iniciada no país em 1976.

Os aumentos dos preços do petróleo impactaram diretamente os custos das empresas argentinas elevando as taxas de inflação que chegaram a atingir a cifra de 50% em um só mês (GERCHUNOFF y LLACH, 2003). Além deste aspecto, as crises do petróleo deterioraram as contas

externas do país e elevaram o endividamento externo que, como no caso do Brasileiro, passou a condicionar as condições de crescimento do país.

No entanto, o fato mais marcante deste período com efeitos diretos sobre o setor industrial argentino foi a política de abertura comercial iniciada em 1976. Assim, a abertura para as importações foi acompanhada por um programa gradual de reduções dos impostos aduaneiros que visava evitar uma reestruturação produtiva demasiadamente brusca para os setores industriais que competiam diretamente com as importações. Porém, o quantum importado aumentou consideravelmente, devido à política de valorização cambial que gerou uma “avalanche” de importações. O resultado foi a redução da participação da indústria no PIB em 4%, sendo que para os setores têxtil e petrolífero a queda líquida foi de 15%. (GERCHUNOFF y LLACH, 2003).

KATS E KOSAKOFF (1989) indicam que no final da década de 1970 a tarifa média de importação despencou de 92% para 52%. Além disso, a política de câmbio protecionista foi eliminada em conjunto com as restrições financeiras às importações. Estas duas medidas fizeram com que o produto industrial caísse 20% entre 1975 e 1983. Com isso, a participação da indústria no PIB, que era de 23% na década de 1940, caiu para 21% em 1990.

Deste modo, percebe-se que tanto o Brasil quanto a Argentina o modelo de industrialização por substituição de importações entrou em colapso no mesmo período histórico, ao enfrentar os mesmos problemas externos (choques do petróleo e crise de endividamento externo). Entretanto, enquanto no Brasil a maturação dos investimentos do II PND condicionou um avanço considerável no setor de infra-estrutura e energia, na Argentina a política de abertura comercial e a conseqüente desindustrialização impediram um êxito significativo neste sentido, apesar de alguns avanços observados no setor siderúrgico e petrolífero na década de 1980.

3 - CONTRADIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO MODELO

Nesta seção serão analisadas as principais contradições de ordem econômica e social decorrentes do período de vigência do modelo de industrialização por substituição de importações no Brasil e na Argentina. Tal análise está ancorada nas abordagens de TAVARES (1972) para o caso brasileiro e de autores diversos para o caso argentino.

Inicialmente nota-se que, quando do esgotamento das possibilidades de continuidade do crescimento econômico centrado na substituição de importações a partir da década de 1970, tanto o Brasil como a Argentina passaram a enfrentar problemas de ordem socioeconômica, merecendo destaque o descontrole inflacionário e as dificuldades para pagamento da dívida externa. Estes fatores foram acompanhados de restrições de crédito; aumento das desigualdades setoriais, sociais e

regionais; e marginalização de importantes parcelas da população dos aumentos de produtividade oriundos do desenvolvimento industrial.

Deste modo, a crise de endividamento externo vivida pelo Brasil a partir do início da década de 1980, assim como a aceleração inflacionária só contida em meados da década de 1990, teve origem na debilidade do financiamento do processo de formação industrial brasileiro, que provocou, por um lado, a necessidade de empréstimos externos em todo período objeto deste estudo, com ênfase nos anos do “milagre econômico” (1968-1973) e, por outro, condicionou o financiamento das atividades produtivas, via emissão monetária dos gastos públicos.

Com relação ao problema da inflação no Brasil, a autora acima citada destaca também os problemas inerentes ao próprio processo de substituição de importações, uma vez que o desenvolvimento do setor industrial se deu de forma desordenada, ou seja, a oferta do setor de infraestrutura e do setor agrícola não acompanhou devidamente a demanda do setor de bens de consumo, causando pressões sobre o nível geral de preços.

Quanto às distorções setoriais, TAVARES afirma que toda ênfase do modelo de substituição de importações no Brasil foi concentrado no setor secundário, sobretudo nas indústrias de transformação, ficando o setor de serviços e o setor agrícola relegados ao segundo plano, provocando um processo de êxodo rural e desemprego nas grandes cidades. Dados do IPEA DATA confirmam, em parte, esta tese, uma vez que a população rural no Brasil, que na década de 1970 era de 40 milhões de pessoas, reduziu-se para 30 milhões de pessoas no ano 2000, enquanto que a população urbana que era de 52 milhões de pessoas, passou para cerca de 138 milhões no mesmo período. Quanto ao desemprego urbano, verificou-se nos anos seguintes ao fim do processo de formação industrial que a taxa de desemprego aberto na região metropolitana da grande São Paulo saltou de 8,9%, em 1985, para 11%, em 2005 (IPEADATA, 2006).

A outra desigualdade destacada pela autora ocorreu em termos regionais, haja vista que com a industrialização praticamente toda atividade econômica ficou centralizada na região Centro-Sul do país. Em grande medida, essa concentração foi resultado da política econômica de fomento à industrialização que na prática resultou na transferência de renda das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas. Esta tese também é corroborada pelos dados, uma vez que as regiões Sul e Sudeste representavam, em 2003, 73,8 % do PIB total do país, enquanto somente o estado de São Paulo detinha 32% do PIB (IBGE, 2006).

Estas distorções de ordem setorial e regional provocadas pelo processo de formação industrial no Brasil resultaram no aumento dos desequilíbrios sociais do país. Segundo a autora, isto

ocorreu devido à incapacidade dos setores dinâmicos da economia de abrirem oportunidades de emprego em ritmo capaz de absorver as massas crescentes da população economicamente ativa.

A renda é um bom indicador de como a maior parte da população brasileira ficou à margem do processo de industrialização. Dados do IPEA DATA de 2006 indicam que o número de domicílios com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza, que era de cerca de 2.5 milhões de pessoas em 1977, passou para cerca de 4.5 milhões de pessoas em 2005. Dados da CEPAL de 2004, tomando como referência a evolução do índice de Gini para medir as desigualdades sociais, indicam que a concentração de renda no Brasil aumentou nos últimos anos e se manteve entre as mais altas do mundo, isto porque o índice, que em 1990 era de 0,627, passou para 0,639 em 2002.

Na Argentina, as contradições resultantes do processo de formação industrial são muito semelhantes ao caso brasileiro. A aceleração inflacionária e a crise do endividamento externo são concebidas nos mesmos moldes do caso brasileiro, ou seja, os constantes estrangulamentos externos provocados pela redução da capacidade de importação exigida para dar continuidade ao processo de substituição de importações e os recorrentes problemas de financiamento dos gastos públicos impuseram ao país a utilização de empréstimos externos, bem como do financiamento monetário dos gastos públicos.

No que tange as contradições de ordem setoriais, ainda que o processo de desindustrialização iniciado em 1976 tenha diminuído o peso relativo do setor industrial no produto bruto argentino, verificou-se que a prioridade dada à industrialização, principalmente nos governos de Perón e de Frondizi, gerou impactos negativos, sobretudo no setor agrícola a partir da criação do *Instituto para Promoción del Intercambi*. Este instituto teve as funções de transferir renda da agricultura para o setor industrial na forma de crédito e gerar divisas para importação de insumos e de bens de capital para indústria, enfraquecendo desta forma o desenvolvimento do setor rural em benefício do setor urbano-industrial.

Segundo o documento INFORMACIÓN SOCIOECONOMICA, de 2004, este processo de incentivo à industrialização provocou uma forte concentração da riqueza produzida no país em termos regionais. Em função disso, observa-se que somente a província de Buenos Aires tornou-se responsável por cerca de 70% da produção industrial total do país e por 33% do PIB nacional. Somando-se a esta as participações das províncias de Santa Fé e Córdoba, chega-se a mais de 50% do PIB do país.

Da mesma forma que no Brasil, o processo de industrialização na Argentina se concentrou na mesma área geográfica que no período agroexportador era a região mais dinâmica economicamente. Assim, a região do Pampa Úmido, que inclui a província de Buenos Aires, tornou-se o epicentro do modelo industrial. No Brasil este ocorreu na região Sudeste, que durante o período agroexportador tinha o café como principal produto. Estes fatos são reveladores das desigualdades regionais que podem ser observadas nos dois países atualmente.

O processo de concentração setorial argentino, que determinou boa parte do processo de concentração regional, acabou provocando um expressivo êxodo rural neste país. Segundo dados da CEPAL, de 2001 e de 2003, a população urbana, que era de 62%, em 1950, passou para 83% em 1980 e chegou a 87,3%, em 1990. Além disso, as contradições da formação industrial argentina também se explicitam em outras esferas. Por um lado, a taxa média anual do desemprego urbano saltou de 11%, em 1990, para 16,8% em 2003. Por outro, a parcela da população considerada pobre e indigente na Argentina, que era de 21,2% no final da década de 1980, passou para 41,5% em 2002.

Esta trajetória conflituosa foi captada pela evolução do índice de Gini elaborado pela CEPAL em 2004. No começo da década de 1990 o país que era considerado como aqueles de médio nível de desigualdade, comparativamente ao restante dos países da América Latina. No início do século XXI passou a ser considerado como um país com elevado nível de desigualdade, tendo em vista o desempenho altamente negativo do referido indicador, ou seja, em 1990 o índice era de 0,501, passando para 0,530, em 1997, e atingindo 0,590, em 2002.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da evolução histórica do processo de formação industrial do Brasil e da Argentina revelou um conjunto de semelhanças, tanto em termos da evolução da indústria nos dois países como em relação ao conjunto de contradições socioeconômicas geradas por este processo.

Tomando-se como base o período agroexportador, observa-se que em ambos os casos a divisão internacional do trabalho relegou ao Brasil e a Argentina o papel de nações produtoras e exportadoras de produtos primários e ao mesmo tempo dependentes da oferta externa de produtos manufaturados, fato que reprimiu o desenvolvimento industrial nesta fase histórica.

Mesmo assim, é possível verificar que neste período há diferenças entre os dois países, tendo em vista que a diversificação da pauta de exportações da Argentina foi bem superior em relação ao Brasil, que ficou dependente basicamente das exportações de café. Em grande medida, isto explica o fato do primeiro país ter se tornado a economia mais rica de toda a América Latina naquela época.

Mas as quedas recorrentes dos preços dos produtos de exportação em ambos os casos estudados, somadas aos efeitos negativos da crise da economia mundial em 1929, colocaram fim ao modelo de desenvolvimento primário exportador e introduziram, em ambos os países, o modelo de desenvolvimento orientado para o mercado interno e fundamentado na substituição de importações de produtos industriais.

No caso brasileiro esta transição teve como característica as políticas de compra e queima dos estoques de café, que resultaram na manutenção da renda do setor cafeeiro e da demanda pelos produtos de origem industrial. Já a celebração, por parte da Argentina, do tratado bilateral com a Inglaterra garantiu, por um lado, a manutenção da demanda inglesa pelos produtos primários do país e, por outro, investimentos diretos dos EUA no setor industrial daquele país.

Outra semelhança entre os dois casos analisados é que o Estado foi fundamental na solidificação do setor industrial como setor dinâmico das economias dos países, agindo tanto na promoção da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico como na concessão de crédito aos agentes privados para executar os projetos planejados.

Mas em termos de política econômica, observam-se importantes diferenças, uma que enquanto no Brasil o projeto desenvolvimentista ocorreu a partir de políticas econômicas expansivas e inflacionárias (sobretudo durante o Plano de Metas e no II PND), na Argentina ocorreu com políticas mais restritivas e com menores taxas de inflação.

Quanto aos motivos que levaram a derrocada do modelo de desenvolvimento orientado pelas substituições de importações, nota-se que foram semelhantes nos dois países, uma vez que as crises externas dos preços do petróleo e dos juros norte-americanos, associadas à impossibilidade de novas substituições, selaram definitivamente a continuidade do referido modelo. No entanto, deve-se registrar que enquanto na Argentina a política de abertura comercial de 1976 iniciou um gradual processo de desindustrialização que se estendeu pelas décadas seguintes, no Brasil ocorreu uma nova rodada de substituições nos setores de infra-estrutura e energia, a qual garantiu um maior desenvolvimento do setor industrial brasileiro até a década de 1980.

Por fim, verificou-se neste estudo que o processo de formação industrial também gerou um conjunto de contradições de ordem econômica e social nos dois países. Comparativamente, no entanto, os indicadores de desigualdade no Brasil são relativamente maiores que os apresentados pela Argentina, ainda que os indicadores industriais no caso brasileiro sejam mais positivos.

Em síntese, o que fica claro para os dois casos analisados ao longo de um período de mais de 100 anos, é que apesar destes países terem formado seus parques industriais e se tornado nações

industrializadas, ambos não conseguiram superar a condição histórica de economias periféricas, com graves problemas sociais e dependentes dos fluxos de recursos externos.

BIBLIOGRAFIA

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BULMER-THOMAS, Victor. *La historia económica de América latina desde la independencia*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983**. São Paulo: ed. Brasiliense S.A. 1985.
- CASTRO, Antônio Barros de; e SOUZA, F.E.P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CEPAL: *Panorama social de América Latina, 2004*, site: www.cepal.org, acessado em outubro de 2006.
- CEPAL: *Boletín demográfico edición especial: Urbanización y evolución de la población urbana de América Latina (1950-1990)*. Site: www.cepal.org, acessado em outubro de 2006.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo Nacional 1997.
- GERCHUNOFF, Pablo; Llaach, Juan José. *Capitalismo industrial, desarrollo asociado y distribución del ingreso entre los dos gobiernos peronistas: 1950-1972*. en *Desarrollo Económico*, vol. 15, num. 57, abril-junio 1975.
- GERCHUNOFF, Pablo, Llaach Lucas. *El ciclo de la ilusión y del desencanto*. Buenos Aires: Ariel, 2003.
- IBGE, site: www.ibge.gov.br, acessado em outubro de 2006
- MECON: *Información socioeconómica, 2004*. Site: www.inversiones.gov.ar acessado em outubro de 2006.
- IPEA DATA, site: www.ipeadata.gov.br, acessado em outubro de 2006.
- KATZ, JORGE; KOSACOFF, BERNARDO: *El proceso de industrialización en Argentina: evolución, retroceso y prospectiva*, Cepal, Buenos Aires, 1989.
- LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 3a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- ROCK, David: *Argentina, 1516-1987. Desde la colonización española hasta Raúl Alfonsín*, Alianza, Buenos Aires, 1988.
- SERRA, José. **Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós - guerra**. In *Desenvolvimento Capitalista do Brasil: Ensaio Sobre a Crise Vol.1* São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 6a ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.**
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: ed. Nacional, 1982.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- TOBAR, Juan.Carlos. *Notas sobre la estructura económica argentina*. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 1998.